

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.215 - AL (2019/0140179-0)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
RECORRIDO : ANA CECILIA DE MORAIS E SILVA DANTAS  
RECORRIDO : SHANYA MARIA DE ESPINDOLA DANTAS  
ADVOGADOS : MARINA CORREIA DOS REIS CLETO - AL009192  
BASILE GEORGES CAMPOS CHRISTOPOULOS -  
AL008187  
LEILA MONTEIRO DE MENEZES - AL008956

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, ANA CECÍLIA DE MORAES E SILVA DANTAS e SHANYA MARIA DE ESPÍNDOLA DANTAS impetraram mandado de segurança, com pedido de antecipação de tutela, em face de suposto ato ilegal atribuído ao PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, objetivando a imediata nomeação e posse no cargo de Promotor de Justiça, eis que foram aprovadas em concurso público, fora do número de vagas previstas no edital.

Aduzem que a não convocação de todos os aprovados, mesmo havendo vagas para tal, é ato ilegal, devendo ser combatido pelo Poder Judiciário.

Ademais, sustentam que a concessão do *writ* contribuirá para diminuir o *déficit* de Promotores de Justiça em Alagoas, *ampliando o atendimento à sociedade alagoana, assim como privilegia a economia pública e interesse social, na medida em que o Estado Não terá que aguardar a realização de novo concurso público, com dispêndios financeiros* (fl. 165).

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em 10 de setembro de 2018.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, monocraticamente, julgou extinto o feito sem resolução do mérito, ante o reconhecimento da litispendência (fls. 163-173).

Agravo interno interposto às fls. 214-229.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, por maioria, deu provimento ao recurso, autorizando o prosseguimento regular do feito. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fl. 308):

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE EXTINGUIU O WRIT SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DE SUPOSTA LITISPENDÊNCIA. VÍCIO NÃO VERIFICADO. AÇÕES PARADIGMAS JÁ EXTINTAS SEM PRONUNCIAMENTO DE MÉRITO. INEXISTÊNCIA DE SIMULTANEIDADE QUE CARACTERIZA O INSTITUTO DA LITISPENDÊNCIA. CORREÇÃO DO VÍCIO DE AÇÃO ANTERIOR QUE PERMITE O AJUIZAMENTO DE NOVA AÇÃO IDÊNTICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 486 DO CPC. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E PROVIDO.

Naquela decisão, ficou consignado que não há, no caso, o instituto da litispendência, na medida em que *uma vez desaparecida a circunstância que ensejou a litispendência e realizado o pagamento das custas e dos honorários, a parte detém o direito de ajuizar nova ação com idêntico conteúdo* (fl. 313).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS interpôs o presente recurso especial, apontando violação do art. 337, §1º, do CPC.

Sustenta, em síntese, que (fl. 320):

(...)

O artigo 337, § 1º do CPC determina, in verbis: "§ 1º\_ Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada".

A consequência imediata da constatação deste fenômeno deveria ser a extinção do feito sem resolução de mérito, conforme o art. 485, V, do CPC, in verbis: "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: V - reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;"

No caso em análise temos dois mandados de segurança e uma ação ordinária com as mesmas partes, mesmos pedidos e mesma causa de pedir, nos quais, como assevera o voto vencido no julgamento do agravo interno em epígrafe:

"perplexidade causa o comportamento das partes que ludibriaram o Poder Judiciário do Estado de Alagoas em diversos momentos, considerando os três instrumentos processuais dos quais se valeram para ver seu pleito deferido a qualquer custo, em total afronta às normas de cooperação e boa-fé processual" (p. 91).

(...)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 447-462).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, não merece prosperar a irresignação.

As recorrentes, em sede de recurso especial, consideram que (fls. 317-321):

(...)

VIOLAÇÃO AO ART. 337, § 1º DA LEI FEDERAL N. 13.105/2015 - CPC

Como visto, o acórdão recorrido entendeu por dar continuidade a feito idêntico a outro já ajuizado. Contudo, a real finalidade do art. 337, § 1º do Código de Processo Civil é evitar que exista uma escolha quanto ao juízo processante e que as partes possam se valer, simultaneamente, de mais de um procedimento na defesa de seu interesse.

O artigo 337, § 1º do CPC determina, in verbis: "§ Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada".

A consequência imediata da constatação deste fenômeno deveria ser a extinção do feito sem resolução de mérito, conforme o art. 485, V, do CPC, in verbis: "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;".

No caso em análise temos dois mandados de segurança e uma ação ordinária com as mesmas partes, mesmos pedidos e mesma causa de pedir, nos quais, como assevera o voto vencido no julgamento do agravo interno em epígrafe:

"perplexidade causa o comportamento das partes que ludibriaram o Poder Judiciário do Estado de Alagoas em diversos momentos, considerando os três instrumentos processuais dos quais se valeram para ver seu pleito deferido a qualquer custo, em total afronta às normas de cooperação e boa-fé processual" (p. 91).

Ainda em pronunciamento irreparável, o eminente julgador ressalta que o novo Mandado de Segurança é mera continuidade do anterior, sendo a desistência da ação ordinária incapaz de descaracterizar a litispendência. Observe-se:

"o presente instrumento processual, é, em verdade, uma continuidade do anterior, considerando, ainda, o pedido de desistência superveniente na ação ordinária n. 0711352-50.2018.8.02.0001, ainda em trâmite. Ressalte-se, ainda, que a extinção sem julgamento do mérito do mandamus anterior, diversamente do que sustentam as impetrantes, é incapaz de descaracterizar a litispendência" (p. 89)

# Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, restou evidenciada a violação do artigo art. 337, § 1º do CPC.

Portanto, tem-se que a interpretação dada pelo acórdão recorrido não possui guarida no ordenamento jurídico brasileiro, motivo pelo qual deve ser reformado.

(...)

No caso dos autos, o Tribunal *a quo* consignou o seguinte (fls. 299-314):

(...)

8. O fundamento utilizado pelo relator não é válido para a situação presente, porque seu pressuposto não se faz presente no caso subjacente. Com efeito, o relator explica que a litispendência estaria caracterizada porque seria defeso à parte valer-se de mais de um procedimento na defesa de seu interesse ou alegado direito. E citou jurisprudência do TRF1 que endossaria este argumento. A afirmativa, no entanto, só é acertada se os procedimentos forem utilizados em simultaneidade, com a mesma finalidade e com o mesmo fundamento. E o que se extrai com absoluta clareza do que consta do art. 337, §3º, do CPC: "Há litispendência quando se repete ação que está em curso".

9. E isto decorre da própria lógica do instituto da litispendência, cujo desiderato é coibir a prolação de decisões conflitantes sobre a mesma controvérsia jurídica, prevenindo situações de franca insegurança jurídica. Mas, se a ação paradigma foi extinta sem julgamento capaz de provocar coisa julgada material e se, após a extinção terminativa, não remanesce o vício que conduziu àquela, nada obsta que a parte interessada ajuíze legitimamente a mesma ação, sem que isso constitui abuso de direito. Isso também decorre de literal disposição legal constante do art. 486 do Código de Processo: Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação. § 1º No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito. § 2º A petição inicial, todavia, não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado. § 3º Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

10. Da exegese do dispositivo acima, conclui-se, sem dificuldades, que, uma vez desaparecida a circunstância que ensejou a litispendência e realizado o pagamento das custas e dos honorários, a parte detém o direito de ajuizar nova ação com idêntico conteúdo.

11. Não fosse assim, e a prevalecer o voto do relator, restaria vulnerado o direito fundamental de acesso à justiça expresso no art. 5º, XXXV, da Constituição, uma vez que ficaria indefinidamente obstada a prolação de decisão de mérito, não importando as providências adotadas pela parte para correção do vício que tenha ensejado o pronunciamento terminativo em ação anterior.

12. Assim, em lugar da garantia de um único pronunciamento de mérito em prol da segurança jurídica, o instituto da litispendência estaria vedando, de maneira deturpada, o caminho rumo a qualquer pronunciamento de

# Superior Tribunal de Justiça

mérito, algo que, evidentemente, não se compatibiliza com o sistema processual pátrio.

13. Outrossim, releva advertir que o julgado citado no voto do relator não endossa sua fundamentação, porquanto, no caso referido, havia trâmite simultâneo de mais de um procedimento com mesmo pedido e fundamentos, o que justificava, naquela situação, o pronunciamento da litispendência. Portanto, os pressupostos fáticos daquele julgado são substancialmente distintos dos verificados no presente.

(...)

O reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

No mesmo sentido, os termos do parecer do *Parquet* Federal, de fls. 476-479, que guarda a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. ALEGADA LITISPENDÊNCIA. SITUAÇÃO AFASTADA NA ORIGEM. FUNDAMENTOS DO ACORDÃO RECORRIDO NÃO INFIRMADOS NA PETIÇÃO RECURSAL. SUMULA 283/STF.

- Parecer pelo não conhecimento do recurso.

Ademais, ainda que assim não fosse, a interpretação de dispositivos legais que exija o reexame dos elementos fático-probatórios não é viável em sede de recurso especial, em vista do óbice contido no enunciado n. 7 (*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*) da Súmula do STJ

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que o recurso especial teve origem em mandado de segurança. ("na ação de mandado

# *Superior Tribunal de Justiça*

de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios", Súmula 105/STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

